

CENÁRIO DA POLÍTICA LOCAL E DA DINÂMICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ARARAQUARA

Sérgio Azevedo Fonseca¹

Oscar Hideyuki Gushiken²

Helena Carvalho de Lorenzo³

Fábio Grigoletto⁴

RESUMO

Para além das controvérsias, teóricas, ideológicas e conceituais, em torno do significado, do papel e da importância da economia solidária e dos empreendimentos por ela abrangidos, é fato insofismável a sua disseminação por todo o território brasileiro, sobretudo a partir da primeira década do século XXI. Este texto teve como objetivo apresentar um panorama mais geral sobre a economia solidária em Araraquara. A metodologia baseou-se na leitura e análise de documentos e em uma pesquisa de campo com entrevistas, contendo questões amplas, com representantes de instituições de apoio (prefeitura e incubadora) e de empreendimentos solidários do município de Araraquara. Uma primeira constatação é que, em termos gerais, a economia solidária no município está imersa em contradições e fragilidades, percebidas seja pelos agentes públicos, pelos agentes de apoio e também pelas trabalhadoras e trabalhadores que integram os grupos. São fragilidades inerentes aos próprios grupos, nos campos da infraestrutura, da produção, da gestão e da comercialização, agravadas pelas limitações próprias das políticas e das instâncias de apoio. Um dos entraves seria a falta de uma educação e conscientização dos próprios trabalhadores na perspectiva da economia solidária e do cooperativismo. Um segundo problema é a ausência de inter-relações em redes entre os agentes do município e desses com os grupos assistidos. Os trabalhadores vinculados aos empreendimentos reivindicam mais respaldo e apoio por parte do poder público e da Inconesp. Por outro lado, a Coordenadoria relata que os laços da economia solidária em Araraquara foram construídos na base do assistencialismo, o que implica na subvalorização de engajamento por parte dos empreendimentos.

¹ Livre docente do Departamento de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara/SP.

² Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara - UNIARA.

³ Professora Doutora, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara - UNIARA.

⁴ Doutorando em Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Políticas Públicas; Desenvolvimento Local.

INTRODUÇÃO

Para além das controvérsias, teóricas, ideológicas e conceituais, em torno do significado, do papel e da importância da economia solidária (com ou sem aspas) e dos empreendimentos por ela abrangidos, é fato insofismável a sua disseminação por todo o território brasileiro, sobretudo a partir da primeira década do século XXI. Para além das variadas configurações formais que adquirem, muitas vezes com predomínio da informalidade, e das diferentes dimensões quantitativas internas (medidas em termos de postos de trabalho gerados, de produtos e serviços ofertados e de valor adicionado criado), é fato inegável a presença, em praticamente todos os municípios brasileiros, de empreendimentos enquadrados ou enquadráveis no campo da economia solidária.

São empreendimentos que revelam, histórica e cronicamente, um predominante perfil de grande fragilidade, nos seus aspectos produtivos e operacionais, técnicos, econômico-financeiros, mercadológicos, comerciais e administrativos. São características que os mantêm à margem dos setores de atividade em que se situam, condenando-os à sobrevivência em posição de subordinação à lógica hegemônica das empresas capitalistas, quando não ao desaparecimento diante da emergência de condições adversas das mais diferentes ordens.

O reconhecimento da sua importância, sobretudo como alternativas para a geração de trabalho e renda para grandes contingentes de trabalhadoras e trabalhadores de baixa qualificação e excluídos do mercado de trabalho formal, vem sendo respondido com a criação de uma diversidade de iniciativas, notadamente de políticas públicas, passíveis de contribuir para o fortalecimento e a dinamização desse campo da economia solidária.

Vêm ganhando destaque, entre essas iniciativas, os programas do governo federal em apoio a projetos no campo da economia solidária, as incubadoras (vinculadas a universidades ou não) especializadas na oferta de apoios dos mais variados tipos (sobretudo de gerenciamento) aos empreendimentos assistidos e as administrações públicas municipais dos espaços territoriais em que estão situados os empreendimentos. Evidencia-se, daí, a importância da mobilização e da atuação dos agentes institucionais situados em posição de proximidade física com os trabalhadores e as trabalhadoras integrantes dos empreendimentos. Especial destaque deve ser dado, nesse contexto, ao

papel desempenhado (e que deve desempenhar!) pelas prefeituras municipais e pelas incubadoras atuantes nos municípios.

A experiência adiante relatada é ilustrativa de uma trajetória iniciada no ano de 2007, no município de Araraquara, quando passaram a unir esforços a prefeitura do município e o campus local da Unesp, com vistas a formular e a implementar ações conjuntas em apoio aos (então poucos!) empreendimentos da economia solidária existentes no município.

Antes, porém, de passar ao relato da experiência e dos fatos a ela relacionados, é pertinente um breve percurso pela história do movimento da economia solidária, especialmente focado no contexto brasileiro, dando destaque para a origem do conceito, para as controvérsias entre defensores e críticos do movimento e para as suas virtudes e vicissitudes.

Abordagens teórica, histórica e experiências de economia solidária

O termo economia solidária, embora de recente surgimento na literatura brasileira (data da última década do século XX), contempla uma concepção de experiências sociais, de organização sócio-política e de empreendimentos econômicos, cujas origens se remetem aos primórdios do século XIX, tendo como precursoras as idéias dos franceses Claude Henri Saint-Simon e Charles Fourier – considerado um dos principais precursores dos ideais do cooperativismo – e do galês Robert Owen, que chegou a colocar em prática as suas idéias cooperativistas em uma fábrica de sua propriedade em New Lanark, Escócia, nas primeiras décadas do século XIX. Posteriormente, já mais próximo aos meados do mesmo século, esses mesmos ideais foram retomados por Pierre-Joseph Proudhon, posteriormente reconhecido como um dos principais precursores do movimento anarquista.

Esses quatro pensadores, largamente reconhecidos como pioneiros das concepções socialistas, foram posteriormente qualificados por Marx como socialistas utópicos, sobretudo em virtude das suas proposições de que a transformação da sociedade para um patamar de maior justiça social poderia se dar pela disseminação de suas ideologias, com base em questões como reciprocidade, mutualidade, paixão, solidariedade e cooperativismo, sem a necessidade de intervenção política ou da tomada do poder por meio da luta de classes. Para os utópicos, “a sociedade poderia ser transformada a partir de uma comunidade exemplar, sem que a reforma social dependesse da ação política nem da tomada do poder” (TEIXEIRA, 2002).

Estabeleceram-se, então, a partir das críticas de Marx às proposições desses pensadores um divisor de águas no pensamento socialista: de um lado, a visão de que seria possível o alcance de mais justiça social, de melhores condições de trabalho e de vida para os trabalhadores por meio das organizações autônomas (sobretudo as cooperativas), preservando, no entanto, a essência do modo de produção capitalista; de outro, a concepção, esta marxista, de que a transformação socialista somente seria possível por meio da superação do modo capitalista de produção, implicando a tomada do poder pelos trabalhadores e a transformação do Estado. Esse foi um embate de posições que atravessou o restante do século XIX e percorreu todo o século XX, ultrapassando, até mesmo, o marco histórico do fim da principal experiência de realização do socialismo nos moldes marxistas, no caso, a União Soviética.

Defende-se, aqui, a ultrapassagem desse marco, uma vez que as controvérsias persistem até os dias de hoje, com o contemporâneo embate de posições entre os atuais defensores da economia solidária e os seus críticos, muitos dos quais de linhagem marxista.

Antes, porém de abordar essa controvérsia, é pertinente resgatar algumas das principais experiências de implantação de empreendimentos nos moldes cooperativistas – nos moldes do socialismo utópico e assemelhados à economia solidária – ao longo dos séculos XIX e XX. A primeira iniciativa, de grande alcance e larga repercussão, posterior aos experimentos de Robert Owen, foi a que se tornou conhecida como dos Pioneiros de Rochdale. Criada em 1844 como cooperativa de consumo e instalada no bairro do mesmo nome, em Manchester, Inglaterra, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale estendeu seus princípios a atividades produtivas no campo da indústria têxtil. Doze anos após seu surgimento, a cooperativa contava com 1850 sócios e possuía fundos para prestar ajuda e fomentar projetos de educação às famílias de seus membros e a formação de bibliotecas (ZAAR, 2013). Por mais de uma década e meia se revelou como uma exitosa experiência de participação do trabalho em condições superiores às do capital até que, no início da década de 1860, os ideais socialistas dos fundadores da Sociedade foram derrotados pelos sócios capitalistas (KEIL; MONTEIRO, 1982).

A segunda experiência, internacionalmente reconhecida como a mais exitosa de implantação dos princípios do cooperativismo, foi a da Cooperativa de Mondragón, no País Basco. Com origem na década de 40 do século XX na cidade do mesmo nome, subsiste até os dias atuais, contando, em 2010, com 256 empresas e atividades distribuídas em quatro áreas: finanças, indústria, distribuição e conhecimento. A cultura

que orienta as cooperativas de Mondragón está baseada em dez princípios: livre adesão, organização democrática, soberania do trabalho, natureza instrumental e subordinada do capital, participação na gestão, solidariedade retributiva, intercooperação, transformação social, caráter universal e educação (SAMPAIO et al., 2012). De acordo com Sampaio et al. (2012) a experiência de Mondragón vem mostrando fôlego em virtude das suas inovações inter e extraorganizacionais, com senso crítico e pragmatismo que superam a mera crítica ideológica.

No Brasil, embora o movimento cooperativista tenha se iniciado no final do século XIX, sob influência cultural de imigrantes italianos e alemães. Experimentou um grande surto de crescimento ao longo do século XX, ensejando, inclusive a criação de uma entidade representativa, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, criada em 1969, e a edição de legislação própria (a lei 5.764/71), reguladora das atividades das organizações do segmento. Em termos quantitativos, dados da OCB, de 2010, revelam que o número de cooperativas associadas à entidade chegava a 6.652, com mais de 9 milhões de pessoas associadas e/ou cooperadas. As cooperativas vinculadas a esse movimento constituem-se, no entanto, em organizações de caráter tipicamente capitalista, inclusive com recurso ao trabalho assalariado. Alguns autores expressam visões ainda mais críticas com relação a esse modelo organizacional, como é o caso de Gaiger, ao afirmar que:

Sabe-se, por exemplo, da estratégia de muitas empresas privadas, com incentivos governamentais, em plantarem cooperativas de fachada em regiões menos industrializadas, sem tradição operária, como forma de se verem livres de encargos sociais e da resistência dos trabalhadores mais organizados (GAIGER, 1999).

Essa visão é corroborada por Cruz (2001), para quem as cooperativas de fachada derivam-se de empresas originárias do processo de terceirização de empresas tradicionais numa tentativa de desviar-se das legislações de proteção ao trabalhador.

As críticas a esse modelo cooperativista e a emergência de organizações inseridas em uma lógica auto-declarada de maior proximidade com os princípios herdados do socialismo utópico são eventos historicamente situados nos anos 90 do século XX.

A década de 90 no Brasil foi marcada por um cenário de estagnação e crise econômica, efeitos diretos da dinâmica do processo de globalização e do avanço das concepções neoliberais da sociedade, da economia e do Estado. Em meio a esse

percurso, a sociedade brasileira começou a sentir suas conseqüências, entre elas uma das mais perversas, a marginalização de grande parte de trabalhadores pelo desemprego.

Foi nesse contexto que começaram a emergir, no território brasileiro, iniciativas de segmentos situados nos estratos mais desestruturados do mercado de trabalho, com vistas ao encontro de alternativas para a geração de oportunidades passíveis de oferecerem algum tipo de empregabilidade, mesmo que na informalidade (PEREIRA, C.M., 2011).

Tais iniciativas difundiram-se por meio de formas econômicas organizadas baseadas no cooperativismo e autogestão, como mostram Tauile e Rodrigues:

Responsável pela existência no país de expressivo número de trabalhadores organizados democrática e igualmente em empreendimentos econômicos (principalmente sob a forma cooperativas autogestionárias), o fenômeno difundiu-se do Oiapoque ao Chuí na década de noventa (TAUILE; RODRIGUES, 2004, p. 36).

A difusão foi tão intensa que, como mostra Wellen:

Enquanto até 1950 existiam apenas 65 organizações, ocorreu um grande crescimento a partir de 1990, surgindo no começo do século XXI mais de dez mil empreendimentos e chegando a mais de vinte mil empreendimentos, o que indica um crescimento de 16.289,23% em pouco mais de cinquenta anos (WELLEN, 2102, P. 54).

Dados do Atlas da Economia Solidária, de 2005-2007, elaborado pela Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG, revelaram a existência, em 2007, de 21.859 empreendimentos enquadrados como “solidários”, em 2.933 municípios do país, o que corresponde a 53% dos municípios de todo o território nacional. Em termos da distribuição territorial, há uma maior concentração desses empreendimentos na Região Nordeste, com 43,5% (ANTEAG, 2009). Em termos tipológicos, o mesmo Atlas mostra que são empreendimentos organizados nos formatos de cooperativas, associações, grupos informais e outras, tais como sociedades mercantis.

Esse extraordinário crescimento do movimento da economia solidária no país suscitou, por sua vez, a criação de políticas públicas e de organizações de apoio, ambas vistas como imprescindíveis para oferecerem suportes dos mais variados tipos aos empreendimentos, suportes esses considerados essenciais para assegurarem a sobrevivência e o fortalecimento dos empreendimentos. Ganham destaque, nesse contexto, a organização dos Fóruns da Economia Solidária. Considerados instrumentos de pressão e instâncias para a reflexão e o debate em torno de questões inerentes ao

movimento, esses Fóruns se multiplicaram, organizados na esfera nacional, nas esferas estaduais e municipais, sendo o principal deles o Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES). A constituição do FBES está diretamente relacionada ao movimento de articulação de um espaço de discussão e reflexão, articulação de redes e parcerias, disseminação de consciências e troca de experiências sobre temas sociais e ambientais iniciados pelo I Fórum Social Mundial em 2001.

Inicialmente, o FBES ganhou a denominação de Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT- Brasileiro) formado por uma rede de diversas instituições do campo da economia solidária: empreendimentos econômicos solidários rurais e urbanos, movimentos sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, dentre outras. As doze entidades e redes nacionais que compunham o GT-Brasileiro, segundo informações do próprio FBES, eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de microcrédito (ABICRED); a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Em 2002 o GT-Brasileiro elaborou um manifesto, dirigido ao governo federal, reivindicando a criação de instâncias institucionais para a interlocução com o movimento. Fruto disso foi a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), um dos pontos centrais do manifesto. Nesse mesmo ano o GT-Brasileiro passou a se chamar Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

A partir de então passaram a integrar o FBES os três setores da Economia Solidária: empreendimentos da economia solidária; entidades de assessoria e/ou de fomento; gestores públicos. As entidades de assessoria e/ou fomento são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, assistência técnica e organizativa. Já os gestores públicos representam prefeituras e governos estaduais, responsáveis pelo planejamento, formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas de apoio à economia solidária.

Entre esse conjunto de agentes, merecem especial destaque, como integrantes do grupo das entidades de assessoria e/ou fomento, as incubadoras de empreendimentos solidários. A primeira delas foi criada como Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), projeto originado no interior da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o objetivo de aliar o conhecimento gerado na universidade e as ações de assessoria aos mais diversos empreendimentos solidários, tal como relata o professor Paul Singer:

[...] em meados da década de 1990 teve início o programa da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), que tem como origem a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal Do Rio de Janeiro(COPPE/UFRJ). O objetivo desta iniciativa tem sido utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho (SINGER, 2000, p. 111).

A ITCP-UFRJ articulou, em 1997, com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, um espaço de discussão e difusão das experiências até então vinculadas à incubadora. Algumas universidades já começavam a fomentar a criação de suas incubadoras. Era o caso da Universidade Federal do Ceará e da Universidade de São Paulo, dentre outras.

A iniciativa propiciou a interação dos atores e levou à constituição da REDE DE ITCPS, em 1998, com a participação inicial de incubadoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Quando seu primeiro estatuto foi aprovado, no ano seguinte, já haviam sido integradas as incubadoras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Fundação Santo André.

Data desse mesmo momento histórico, mais precisamente em 1994, a criação daquela que se constituiu na primeira rede de incubadoras de empreendimentos solidários do Brasil, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, conhecida como Rede Unitrabalho. O crescimento e a consolidação dessas duas redes as levou a se unirem durante um curto período de tempo, entre 1998 e 2002. Após esse período, cada qual trilhando seus próprios caminhos, as duas redes passaram a administrar universos próximos de 50 incubadoras, cada uma.

Mais recentemente, a partir da segunda metade dos anos 2000, passam a ser criadas novas incubadoras, independentes das duas redes, sejam elas vinculadas a prefeituras ou a universidades. É o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Unesp de Araraquara – Inconesp, incubadora vinculada ao campus de Araraquara da Unesp, que vem desempenhando importante papel de protagonismo junto ao movimento da economia solidária de Araraquara, em parceria com a prefeitura do município, tal como será relatado nas próximas seções.

Contexto da dinâmica da economia solidária em Araraquara

A primeira iniciativa pela organização do movimento da economia solidária em Araraquara – alguns empreendimentos enquadráveis nesse campo já existiam no município, porém dispersos – teve lugar em 2004, quando da criação, na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, do Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania – NEESC. Naquele mesmo momento histórico, mais precisamente em 2005, a prefeitura municipal criou a Coordenadoria da Economia Solidária, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. No momento seguinte à criação da Coordenadoria, sete grupos passaram a receber assistência da mesma: a Cooperativa Acácia de coleta seletiva, a Coostuara, um grupo de costura, a Padaria Comunitária do Assentamento Monte Alegre VI, a Cozinha Comunitária do Monte Alegre III, a Lanchonete Solidária, a Associação de Artesanato Mãos Que Criam e um grupo de jovens de estamparia.

Em fins de 2007, com a publicação de um edital de chamada de projetos no contexto do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC, vislumbrou-se a oportunidade de criação de uma incubadora de empreendimentos solidários no campus de Araraquara da Unesp, em parceria com um grupo de professores e estudantes do campus de Franca da mesma universidade.

A aprovação do projeto, em fins de 2008, representou o fator motivador para o início das atividades da Inconesp, embora as condições materiais somente tenham sido criadas em 2011, quando da liberação dos recursos do PRONINC. Recursos que foram utilizados para: o pagamento de bolsas aos estudantes da equipe – estudantes de graduação dos cursos de Administração Pública, de Ciências Econômicas, de Ciências Sociais e de Letras, da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara; o custeio dos deslocamentos dos estudantes às sedes dos grupos; a elaboração de materiais de orientação aos grupos, especialmente impressos.

Antes mesmo da liberação dos recursos do PRONINC, no entanto, algumas atividades já foram realizadas. Destaque deve ser dado ao Fórum de Economia solidária de Araraquara, ocorrido em 2008, ocasião na qual os grupos puderam trocar experiências. O principal resultado do Fórum, contudo, foi a elaboração e a aprovação da Carta de Princípios da Economia Solidária de Araraquara – cujo texto integral está reproduzido no Box 1. Outra importante conquista desse período foi a aprovação da Lei Municipal da Economia Solidária, em fins de 2009. Tratou-se de um marco crítico para que, nas palavras do futuro prefeito municipal, pudessem ser destinados recursos em apoio aos empreendimentos existentes no município.

Box 1

Carta de Princípios do Fórum Municipal de Economia Solidária de Araraquara

A Economia Solidária representa uma alternativa ao modo de produção hegemônico, social e culturalmente excludente. Apoiada nos princípios da solidariedade, da autogestão, do consumo consciente, da preservação do meio ambiente e da formação continuada, propicia a geração de oportunidades, a valorização do trabalho e do ser humano, possibilitando a inclusão social, o acesso à cidadania e o resgate da dignidade humana.

A inexistência de um marco legal, a concorrência das formas capitalistas, a falta de capacitação dos agentes dos empreendimentos econômicos solidários e de aplicação prática dos princípios citados por parte de alguns agentes, são alguns dos fatores que dificultam o desenvolvimento da economia solidária.

O Fórum Municipal de Economia Solidária de Araraquara é um espaço de articulação e representação de empreendimentos econômicos solidários, de entidades de apoio e fomento, de gestores públicos, de movimentos sociais e de redes, visando o apoio ao fortalecimento das iniciativas coletivas e comunitárias.

O Fórum Municipal de Economia Solidária de Araraquara se propõe a atuar nos seguintes campos:

- representar e articular os diversos atores frente ao Poder Público e demais instituições;
- construir redes de colaboração solidária para dar sustentação aos empreendimentos, promovendo a troca de experiências e de informações entre os atores envolvidos;
- fortalecer a Economia Solidária, enquanto política pública, respeitando a autonomia dos empreendimentos, das redes e entidades que o integram;
- buscar uma relação de uso sustentável dos recursos naturais e de valorização da cultura e das potencialidades locais;
- promover a formação política e técnica dos empreendimentos econômicos solidários, contando com o apoio das entidades e instituições envolvidas com a Economia Solidária no município;
- debater constantemente a questão da Economia Solidária, articulando os diversos atores para promoção de campanhas públicas de defesa e fortalecimento dos

princípios de Economia Solidária no município, participando e realizando feiras e eventos, na busca de alternativas para a consolidação dos empreendimentos populares.

As restrições financeiras no período limitaram, sobremaneira, as atividades restantes. Foram mantidas, apenas, visitas esporádicas aos grupos, consideradas importantes para evitar um maior distanciamento com as comunidades dos grupos.

A liberação dos recursos foi decisiva para a dinamização das atividades, não apenas da Incubadora, como também da própria Coordenadoria. Uma das principais iniciativas do ano de 2011 foi o Festival Gaia de Arte, Cultura e Sustentabilidade, organizado e realizado em parceria com o Coletivo Colméia Cultural de Araraquara. O festival, ao qual freqüentaram mais de 500 pessoas, em três dias de atividades, contou com múltiplas atividades, envolvendo arte, música, artes cênicas e espaços de discussão sobre meio ambiente e economia solidária. Um dos pontos altos do evento foi a realização da primeira Feira de Economia Solidária, na qual participaram, exibindo e vendendo produtos, representantes da Padaria Comunitária do Monte Alegre VI, da Cozinha Comunitária do Monte Alegre III e da Coostuara.

Outra importante atividade realizada pela Inconesp durante o ano de 2011 foi o diagnóstico da situação de cada um dos grupos. Por meio de uma série de visitas da equipe de estudantes às sedes dos empreendimentos, foi possível identificar os respectivos pontos fortes e debilidades, além das principais carências. Esses diagnósticos foram essenciais para que se pudesse traçar uma estratégia de intervenções e de apoios, passível de ser implementada a curto (2011) e médio (até meados de 2013, quando terminaria o projeto PRONINC) prazos, tanto pela equipe da Inconesp quanto pela Coordenadoria da Economia Solidária do município.

Os diagnósticos subsidiaram a caracterização do perfil contemporâneo da economia solidária em Araraquara, que será apresentado mais adiante, nesta seção.

Antes, porém, de passar ao relato, é pertinente explicitar que a Inconesp enfrentaria nova solução de continuidade em suas atividades no início de 2012. Ao terminar o ano de 2011, a Reitoria da Unesp foi informada, por meio de ofício do Ministério do Desenvolvimento Social (então responsável pela gestão dos recursos do PRONINC), que o convênio não seria renovado pelo período restante (até março de 2013), implicando que a Universidade deveria devolver os recursos remanescentes, a maior parte dos quais destinada ao pagamento das bolsas dos estudantes. Tratou-se de

um duro golpe, que acabou por comprometer, uma vez mais, o prosseguimento das atividades da incubadora.

Para o planejamento das atividades relativas ao triênio 2011-2013, foi realizada conjuntamente, pela equipe da Inconesp e da Coordenadoria da Economia Solidária do município, uma avaliação de cada um dos grupos até então assistidos, com vistas a identificar, sobretudo, os potenciais dos mesmos para operarem de acordo com os princípios da economia solidária. Essa avaliação forneceu, também subsídios para a tomada de decisão quanto à manutenção, ou não do apoio aos grupos.

Os principais problemas encontrados foram nos grupos da Lanchonete Solidária e da Mãos que Criam. O desvio mais recorrente foi o de um grau elevado de centralismo autoritário praticado em ambos os casos, limitando e inibindo, até mesmo, a possibilidade de continuarem a ser tratados como “grupos”. A decisão final pela definitiva exclusão dos dois “grupos” sucedeu ao desinteresse (podendo ser tratado, até mesmo, como descaso) de ambas as “líderes” em participar do Festival Gaia.

Julgou-se, a partir dessas decisões, que os esforços da equipe, limitada numericamente, poderiam ser melhor aproveitados no fortalecimento da assistência à Padaria e à Cozinha do Assentamento Monte Alegre e à Coostuara, grupos cuja cultura e cujas relações sociais e econômicas internas se encontravam mais próximas dos princípios da solidariedade. A Cooperativa Acácia, o maior de todos os grupos da economia solidária de Araraquara, contando com cerca de 180 cooperadas e atuando no campo da coleta e triagem de materiais recicláveis, havia sido colocada em um segundo plano em virtude do fato de já receber um grande número de apoios externos, inclusive de outros projetos vinculados à universidade.

Os diagnósticos realizados revelaram as seguintes características de cada um dos grupos.

Cozinha Comunitária do Assentamento Monte Alegre III

A Cozinha é um pequeno grupo, constituído por três mulheres, instaladas em um pequeno espaço cedido pela prefeitura, em um barracão situado no interior do assentamento. O imóvel é propriedade da Prefeitura Municipal e foi conquistado através do Orçamento Participativo. O espaço da cozinha é dividido entre uma ante-sala com um armário e um forno, um corredor que leva a um cômodo maior onde acontece a produção e uma pequena sala onde ficam estocadas as matérias primas. No corredor existe uma prateleira onde também são guardadas matérias-primas e embalagens. Sua linha de produtos está concentrada no segmento de doces diversos, com destaque para

doce de leite, paçoca e doces de frutas variadas, especialmente de frutas de época, comercializados no município de Matão, no distrito de Bueno de Andrada e na própria comunidade.

Trata-se de um grupo informal, que não dispõe de licenças de funcionamento nem de comercialização expedidas pelas autoridades sanitárias. Para a obtenção de tais autorizações as trabalhadoras informam que seria necessária a realização de investimentos no espaço por elas ocupado, sobretudo com a instalação de uma coifa e a transferência do ponto de ligação do gás.

As trabalhadoras do grupo alegam que não conseguem obter ganhos com a venda dos produtos, que estão trabalhando para se ocuparem. Existe a necessidade de regularização junto à vigilância sanitária, a construção de uma marca, a análise dos produtos para a produção de etiqueta com valores nutricionais, data de validade e logomarca.

Grupo Coostuara

O grupo de costura Coostuara, constituído no início dos anos 2000, enfrenta problemas nas esferas jurídica e administrativa. Embora as mulheres costureiras sejam bem engajadas no movimento da ecosol, trata-se de um pequeno grupo de mulheres que buscam a formalização enquanto empreendimento solidário. Devido à instabilidade e ao pequeno número de mulheres, em torno de quatro, não conseguem formalizar-se como cooperativa de costura.

Na esfera administrativa, as principais dificuldades enfrentadas são nos campos da logística e da gestão financeira. As compras de insumos são feitas por demanda de serviço e assim, não possuem um sistema de compras eficiente e muito menos estoque. Outra restrição é de ordem comercial: a informalidade as impede de oferecerem seus serviços a órgãos da administração pública e a outras instituições e organizações que demandam regularidade jurídica.

Padaria do Assentamento Monte Alegre VI

Conhecida como Padaria Comunitária – “Irene Biazzi Góes”, da Associação das Mulheres Assentadas, o grupo atua no assentamento desde a primeira metade da década de 2000. Contando com uma equipe de seis pessoas trabalhando, o grupo ocupa um imóvel pertencente à Prefeitura Municipal, cujo direito de uso foi conquistado no contexto do Orçamento Participativo Mulher. O prédio está dividido em quatro salas e um banheiro: na sala frontal fica o balcão onde é feito o atendimento; na maior sala ficam os equipamentos e é onde a produção acontece; uma terceira sala está

improvisada como estoque, com algumas estantes e um armário e por fim há uma sala abrigando alguns objetos e caixas.

Ao contrário do caso da Cozinha Comunitária, o grupo possui licença de funcionamento emitida pelas autoridades sanitárias. A linha de produtos comercializados abrange desde produtos de fabricação própria, tais como pães, bolos e roscas, até produtos de revenda, como doces, balas, sucos, refrigerantes, conservas e outros, próprios de mercearias. Os locais de comercialização são bastante diversificados, abrangendo desde o terminal rodoviário de Araraquara, até eventos, além da própria comunidade.

Embora o grupo seja o mais organizado de todos os diagnosticados, persistem algumas fragilidades, sobretudo no que diz respeito à gestão e aos controles financeiros. Ademais, o grupo demanda investimentos, seja para diversificar a produção, seja, e principalmente, para iniciar a produção do pão francês, de grande demanda pela comunidade do Assentamento.

Esse rápido percurso pela história e pelas experiências da economia solidária em Araraquara revelou um conjunto de fatos e características. Uma primeira constatação que emerge é que, em termos gerais, a economia solidária no município está imersa em contradições e fragilidades, percebidas seja pelos agentes públicos, pelos agentes de apoio e também pelas trabalhadoras e trabalhadores que integram os grupos. São fragilidades inerentes aos próprios grupos, nos campos da infraestrutura, da produção, da gestão e da comercialização, agravadas pelas limitações próprias das políticas e das instâncias de apoio. Um dos entraves seria a falta de uma educação e conscientização dos próprios trabalhadores na perspectiva da economia solidária e do cooperativismo. Um segundo problema é a ausência de inter-relações em redes entre os agentes do município e desses com os grupos assistidos.

As trabalhadoras e os trabalhadores vinculados aos empreendimentos reivindicam mais respaldo e apoio por parte do poder público e da Inconesp. Por outro lado, a Coordenadoria relata que os laços da economia solidária em Araraquara foram construídos na base do assistencialismo, o que implica na subvalorização de engajamento por parte dos empreendimentos.

Como abordado anteriormente, a economia solidária está sortida de ambiguidades, contradições, entraves e dificuldades, que envolvem tanto o campo teórico como sua práxis. Este texto não teve como objetivo explorar profundamente as questões críticas e as contradições, mas apenas apresentar um panorama mais geral

sobre a economia solidária em Araraquara, levantando e apontando questões que motivam o aprofundamento da reflexão e a identificação de mecanismos capazes de contribuir para o aprimoramento do desempenho dos empreendimentos solidários no município.

Referências

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. **Atlas da economia solidária no Brasil, 2005-2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

AMORIM, A. N. **Economia solidária: princípios e contradições**. Tese de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

ARRUDA, M. **Tornar o real possível: a formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e futuro do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

AZEVEDO, A. B. A. **Autogestão e competitividade: estudos de casos em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas**. Tese de Doutorado em Política Científica e Tecnológica. Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2007.

BARBOSA, R. N. de C. B. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**, São Paulo, Cortez, 2007.

BOCAYUVA, P. C. C. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coppe/UFRJ In: CAMAROTTI, I.; SPINK, P. (Orgs). **Redução da pobreza e dinâmicas locais**. Rio de Janeiro, FGV, 2001. p.235-261.

CRUZ, A. Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária. In: **Economia Solidária** Vol. 1. Artigo produzido como trabalho de conclusão da disciplina “Economia Solidária” sob responsabilidade do Prof. Dr. Paul Singer. PPG em Economia. FEA- USP, 2º semestre, 2001.

CULTI, M. N. **Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. Rede Unitrabalho. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global, 1984.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta de princípios (Documentos do FBES). Disponível em:

<http://www.fbcs.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=109&Itemid=216>

GAIGER, L. I. G. IHU ON-LINE . Entrevista com Luiz Inácio Gaiger: **O caminho de afirmação de uma outra forma de economia**. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=583>

_____. A Economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Cadernos do CRH**, UFBA, Salvador, 2003.

_____. As organizações do terceiro setor e economia popular solidária. **Revista Ciências Sociais Unisinos**. Vol. 37. n. 159, 2001.

GÜTTLER, A. C. **A colonização do Saí (1842-1844): Esperança de falansteriano: Expectativa de um governo**. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1994.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Araraquara. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=350320&search=sao-paulo|araraquara|infograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib>>. Acesso em novembro de 2013.

KEIL, I. M.; MONTEIRO, S. T. **Os Pioneiros de Rochdale e as distorções do capitalismo na América Latina**. São Leopoldo: Cootrade, 1982. Disponível em: http://www.cootrade.com.br/textos_artigos/artigo_pioneiros_rochdale.pdf. Acesso em 15/nov/2013.

KRAYCHETE, G. S. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LAVILLE, J. L. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**. Vol.16. no.1-2. Brasília June/Dec, 2001. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922001000100004>>. Acesso em novembro de 2013.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: **Economia Solidária** Vol. 1. Palestra proferida na UNICAMP no II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares 20 de março de 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf> >. Acesso em novembro de 2013.

- MARX, K. **A miséria da filosofia**. S. Paulo: Global, 1989.
- MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (orgs.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- OWEN, R. O livro do novo mundo moral. In: TEIXEIRA, A. Teixeira (Ed.), **Utópicos, heréticos e malditos**: Os precursores do pensamento social de nossa época (pp. 101-146). Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002. (Original publicado em 1836-1844).
- PEREIRA, C.M.G.M. **Economia solidária**: uma investigação sobre suas iniciativas. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2011.
- REDE DE ITCPs. **Nossa história**. Disponível em : <<http://www.redeitcps.com.br/historia.php>>.
- REDE UNITRABALHO. **Incubadora de empreendimentos solidários**. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article6>>.
- SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V. ETXAGIBEL, J. A.; GABILONDO, L. A. Revisitando a experiência de cooperativismo de Mondragón a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 25, p. 153-165, jan./jun. 2012.
- SESCOOP – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM EM COOPERATIVISMO. **Panorama do cooperativismo brasileiro ano 2011**. Relatório da gerência de monitoramento. Mar, 2012.
- SINGER, P. **A economia solidária no Brasil**: A autogestão como resposta ao desemprego, São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas, São Paulo: Contexto, 1998
- _____. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Estud. av. v.18 n.51 São Paulo maio/ago, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>
- _____. **Economia solidária**: entrevista com Paul Singer. Entrevista de Paul Singer a Paulo de Salles Oliveira. Edusp/Fapesp. São Paulo, set, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>>. Acesso em novembro de 2013.

_____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

_____. **Economia solidária:** possibilidades e desafios. Revista Proposta. N. 88/89. Rio de Janeiro, 2001.

TAUILE, J. R., RODRIGUES, H. **Economia solidária e autogestão:** a criação e re-criação de trabalho e renda. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/paginas/artigos.html>>

TEIXEIRA, A. (Ed.). **Utópicos, heréticos e malditos:** Os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002.

WELLEN, Henrique. Para a crítica da economia solidária. Outras Expressões. 1ª edição. São Paulo, 2012.

ZAAR. Miriam Hermi. Dos Socialismos Utópicos e Revolucionário à Economia Solidária. Mercator, Fortaleza. ISSN 1984-2201. Vol. 12. Número especial (2), set., 2013